
ARTIGO

**OS ANARQUISTAS E A QUESTÃO DA MORAL
(BRASIL - 1890/1930)**

JARDEL DIAS DE CAVALCANTI
Bacharel em História - UFOP

1 - INTRODUÇÃO

O núcleo anarquista encerra a concepção de um *modus vivendi* que se estende a uma ampla área de relações não redutíveis ao campo político. Os anarquistas, tanto no âmbito da produção como fora da esfera do trabalho (na organização familiar, nas formas de lazer, nas relações pessoais, nas práticas condenáveis como alcoolismo, a prostituição, o carnaval e o futebol), procuram instituir um comportamento coletivo e uma moral social pela qual se unem à sorte de seus semelhantes.

O que podemos ver é que os anarquistas tentaram propor ou impor aos seus militantes um padrão moral que tendia a orientar a ação do grupo para a realização dos seus fins e ideais. Tal padrão ordena-se em torno de um conjunto de regras que governa (ou pretende governar) o comportamento de cada militante.

E é em via imprensa que os anarquistas fazem divulgar sua preocupação com o comportamento dos operários, divulgando sua concepção sobre determinados temas como o amor livre, a emancipação feminina, a recriminação às práticas como o futebol, os bailes, o alcoolismo e a prostituição.

Constatamos que o discurso libertário veiculado na imprensa é marcado por uma certa moralização que se traduz na defesa dos padrões familiares de modelo sexual burguês (castidade pré-conjugal, fidelidade, exaltação da maternidade) e na censura às formas de lazer e vícios (o carnaval, o baile, o álcool e o fumo), sendo estes últimos vistos como práticas imorais, sinais de degeneração, que visam enfraquecer e entorpecer a classe operária, desviando-a do cumprimento de sua função histórica e revolucionária.

Dentro desse propósito (educação, organização e moralização do operariado) os anarquistas propuseram, desde o fim do século passado até meados dos anos trinta deste, formas de instrução, de relações afetivas e de lazer para a classe operária, na tentativa de regular toda a sua conduta e fundar a sua moral social.

Cumprir notar, porém, que essa preocupação dos anarquistas em fundar uma nova moral, em oposição à burguesa (que estaria, segundo os libertários, assentada em uma prática repressiva e autoritária), encontra-se permeada de contradições na medida em que esta tentativa de moralização da classe operária em muito se assemelha ao discurso moral burguês que se pretende combater. É o que poderá se verificar nos tópicos que se seguem.

2 - AS PRÁTICAS CONDENÁVEIS

2.1 - O baile e o carnaval

Os anarquistas usualmente promoviam grandes encontros voltados especificamente para a divulgação de suas idéias. Com a intenção de atingir um número cada vez maior de trabalhadores e trazê-los para a causa da revolução, esses grandes encontros envolviam, além de discursos doutrinários e palestras libertárias, recreações de caráter mais lúdico (futebol e bailes após as conferências).

Porém, a partir do Segundo Congresso Operário (1908) começa-se a interditar os bailes e os jogos nos encontros promovidos pelos anarquistas. Condenação, esta, feita não só em nome da moral como também do utilitarismo: “(...) *o baile só serve para manter os sentidos excitados, não é ginástico, nem higiênico, nem moral.* (...)”¹

A preocupação dos anarquistas com as festas expressa o direcionamento que se quer dar à vida dos operários. O lazer só tem sentido para os libertários quando serve para fins educacionais ou morais da classe operária. É o que se pode ver no artigo *Festa dos Trabalhadores* publicado no jornal *O Panificador*: “(...) *Entendo que essas festas devem ser sempre educativas e morais, advindo daí um grande EXEMPLO de instrução para os depravados e anti morais.* (...)”²

Os anarquistas, ao condenarem como prática imoral pelas tentações que desperta a aproximação de corpos diferentes, acabam por aceitar a moral burguesa,

que condena a dança diante da ameaça que representa o contato físico dos jovens. É bastante ilustrativo o artigo que *A Terra Livre* publica em fevereiro de 1907, que condena nos bailes esse “recíproco roçamento”, em que o impulso sexual é visto como impuro (como na doutrina cristã) e o desejo da e pela mulher é relacionado ao fantasma da prostituição:

“(...) Quando começa o baile assiste-se à cena mais repugnante deste mundo, capaz de nausear as próprias meretrizes. A orquestra entoa as primeiras notas (...) e todos aqueles espasmados mancebos correm como em busca da mais bem feita, para satisfazerem a ânsia e a apertar nos braços, de lhes revelar todo o seu desejo de posse, pois daquele amplexo, daquele enlace libidinoso, daquele recíproco roçamento, daquelas cócegas, não pode resultar senão a excitação do sentindo de ambos. Então ele alí está o homem, não para conhecer e conquistar a alma, uma companheira, mas para gozar a fêmea, corrompê-la e abandoná-la à prostituição. (...)”³

Também o carnaval é condenado de forma veemente pela imprensa anarquista. A imagem que ela faz do carnaval é a do lugar da degradação do indivíduo, da imoralidade, da perda da dignidade, do momento do abandono da família e seus valores, do desgaste das energias e do salário em atividades nocivas e inúteis, que promoveriam o embrutecimento do operário.

É com forte apelo moral que os artigos condenavam o carnaval como festas da prostituição e da orgia, em que correm perigo tanto as jovens virgens como as mulheres casadas. O que se deseja, com todo esse apelo, é que os operários criem um dia um carnaval com a devida assepsia moral, sem práticas viciosas, com respeito aos valores da família, sem a corrupção dos costumes.

“(...) o que nos faz combater o carnaval, é em ser o mesmo atualmente uma festa em que predomina somente a prostituição. Festa essa que sem a devida educação moral, os indivíduos a transformaram de uma festa popular em festórios da prostituição. (...)

Faremos o carnaval sim, com a moral devida, com o respeito mútuo, de uns para com os outros, respeitando mulheres alheias, e jovens virgens.(...)”⁴

Há aqui um discurso marcadamente puritano, que vê o carnaval como o lugar da perdição, onde a corrupção e o vício triunfam sobre a moral que se espera como padrão de comportamento das pessoas durante o carnaval.

¹ A Terra Livre. 05/fev./1907.

² O Panificador. set./1921.

³ A Terra Livre. 23/fev./1907.

⁴ A Voz do Povo. 17/fev./1920.

Os libertários acabam, dessa maneira, refletindo na sua crítica o mesmo conteúdo moral das instituições dominantes, que viam os “hábitos operários no escasso tempo de lazer como vícios”⁵.

2.2 - O Alcoolismo

Também o álcool foi insistentemente combatido pelos libertários e o imenso número de artigos reprimindo o seu uso, publicados na sua imprensa, o comprova. Para atacar com veemência o vício, conferências intermináveis são realizadas, livros são lançados e divulgados pela imprensa operária e até o “teatro social” é usado como veículo de combate ao álcool.

Muitas vezes, esse ataque que os anarquistas desfecham contra o alcoolismo acaba por se encontrar com o discurso burguês, que recrimina o uso do álcool por debilitar física e moralmente o operário, que é, afinal, responsável “pelo enriquecimento da nação” e que se perderia, desta forma, como força produtiva, pois, “o alcoolismo foi, é, e será, o grande mal destruidor das energias capazes de impulsionarem o progresso do país”.⁶

Ao criar o estigma do alcoólatra como criminoso, a imprensa libertária assume a mesma visão que a classe burguesa tem do problema, isto é, a do operário alcoolizado como um criminoso em potencial.

“(…) com frequência 66,74 vezes por cento o alcoolismo tem contas com o código penal (…) pode-se até dizer que todo alcoólatra está em potencial criminalidade: é um irresponsável nocivo, de quem a família e a sociedade deve precaver-se. (…)

Se em lugar de as passar (as poucas horas de descanso) na taverna ou em outros antros de vícios, se as passásseis nas associações discutindo e trocando idéias uns com os outros sobre os assuntos que vos interessam mais de perto. (…)”⁷.

Os anarquistas, assim, reafirmam os valores burgueses do “aconchego do lar” que o trabalhador troca pela taverna, pelos “antros de vícios” e marginalidade.

⁵ DECCA, Maria Auxiliadora de. *Cotidiano dos trabalhadores na república* - São Paulo - 1889/1940. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Tudo é História) p.57.

⁶ RODRIGUES, Edgard. *O anarquismo na escola, no teatro e na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992. p. 219.

⁷ A Voz do Trabalhador. 19/jan./1933.

2.3 - O Futebol

Tanto como os vícios e outros jogos, também o futebol não escapou à crítica dos anarquistas. Para eles, o futebol era uma prática que degrada e embrutece os operários, roubando-lhes as energias e o tempo que deveriam ser empregados na militância política.

Atacando o futebol como esporte parasita, posto que as formas de evasão do cotidiano e a atividade lúdica de nada servem para os anarquistas, eles tentam criar uma noção de divertimento instrumental e moralmente sadio:

“(...) é um jogo para parasitas e ociosos que precisam exercitar os músculos em um trabalho inútil, desprezando ao mesmo tempo o trabalho útil e os que o fazem.(...)”⁸

Mas o gosto pelo futebol crescia entre os trabalhadores independente, dos sindicatos, que o chamavam “esporte burguês”, apontando-o como o “ópio” capaz de minar a união e a organização da classe operária. Em alguns momentos houve uma aceitação do futebol, na medida em que a sua difusão se subordinasse à eficácia da pregação libertária. Caso contrário, acusavam os trabalhadores de se desinteressarem da organização sindical, de se sujeitarem aos elementos culturais burgueses, de se sujeitarem à “ordem burguesa”.

Os anarquistas, diferentemente dos comunistas (que propunham a criação de uma federação de futebol organizada pelos sindicatos), mantiveram, ao longo dos anos, a sua ferrenha oposição ao futebol, vendo-o sempre como aliado do capitalismo, por desviar a atenção dos operários de suas lutas sindicais.

Não seria o futebol que os anarquistas apoiariam, já que sempre que apoiavam atividades recreativas só o faziam visando a um fim educativo ou a uma maior integração da classe operária. As críticas às atividades recreativas eram uma constante na imprensa libertária, que tendia a identificar tais práticas com o abandono e a despreocupação dos operários com a luta social.

2.4 - A Prostituição

Outro problema que preocupa os libertários e que também se torna uma constante nas suas denúncias veiculadas pela imprensa é a prostituição.

⁸ O Trabalhador Chapeleiro. 01/jan./1909.

Para os anarquistas, a existência da prostituição colabora, no sistema capitalista, para que se mantenha a família burguesa (forma não oficial de prostituição pois que fundada em um contrato comercial). Devido ao fato de as jovens burguesas não poderem participar da iniciação sexual dos jovens, pois elas devem manter-se íntegras para o contrato de casamento (muitas vezes é o pai quem escolhe o homem a quem a filha deve se entregar e não ela própria), devido ainda ao fato das mulheres casadas sofrerem uma série de restrições sexuais, o burguês vai buscar satisfação de seus instintos nas jovens de classe social inferior.

Mas, ao atacar o problema da prostituição, os anarquistas muitas vezes acabam fazendo a defesa de uma moralidade familiar que se assemelha à que funda a família burguesa:

“(...) É nas hospedarias espalhadas pela cidade que centenas de vítimas vão entregar o corpo à devassidão desregrada dos que fogem ao primeiro dos deveres do homem que é constituir família. (...)”⁹

E é esta visão que muitas vezes acaba por marcar o discurso veiculado pela imprensa anarquista: a preocupação com a moral familiar com o comportamento dos seus militantes, que refletem o medo de que os operários abandonem a causa revolucionária por influências das práticas viciosas, como é o caso da prostituição.

3 - A EMANCIPAÇÃO FEMININA

Outro tema freqüente na imprensa anarquista é a análise da condição da mulher na sociedade. Combatendo o mito da mulher-passiva, alguns anarquistas se levantaram propondo a emancipação da mulher dos papéis que lhe são atribuídos socialmente, apresentando, assim, uma outra figura feminina, simbolizada pela combatividade e independência.

O que a imprensa anarquista contesta é a condição da mulher como serva do homem, vendendo-a, antes, como um ser humano que deveria desenvolver-se livremente, tendo o homem não como senhor mas como seu companheiro.

Para os libertários, a educação da mulher é o instrumento que a transforma num ser dócil e sem direitos, objeto de libidinagem, pronto para satisfazer a vaidade do homem, isto sendo possível devido ao pacto entre a família (com seu caráter formador) e a sociedade interessada em perpetuar a sua submissão.

⁹ A Tribuna do Povo. 18/mar./1909.

O que se pretende a partir dessa crítica à situação da mulher é incentivar o desenvolvimento e aproveitamento das suas aptidões, adormecidas em função da sua situação de oprimida pela sociedade machista. Mas para isso é preciso soerguer o “véu do passado”, ou seja, tornar visível que a história das mulheres tem sido a história da dominação que estas têm sofrido através dos tempos. E, nesse contexto, é preciso deixar bem clara uma coisa: suas potencialidades só estão adormecidas em função da opressão que sobre elas tem exercido a sociedade.

O que os anarquistas, preocupados com a libertação feminina, querem também demonstrar é que a condição de dominação da mulher não decorre unicamente das relações econômicas, posto que se verifica também dentro de outras esferas. Por isso, a luta das mulheres deve passar pelo questionamento das relações cotidianas e não só das relações de trabalho.

A militante anarquista Maria Lacerda de Moura¹⁰, radical defensora da causa feminista, não poupa críticas nem aos anarquistas, que se opõem à prática libertária feminina:

“(…) São libertários e sua família legal é burguesíssima; (...) e os homens mais liberais são os mesmos trogloditas quando as suas mulheres resolvem por em prática as suas teorias libertárias. (...)”.¹¹

Essa crítica tem sua razão de ser, já que aparecem, na própria imprensa anarquista, críticas desses à libertação feminina do jugo do lar. Em franca oposição ao discurso libertário feminino, o jornal *A Razão* publica um artigo que se manifesta contrário ao uso de mão de obra feminina e no qual define o lugar da mulher como sendo a esfera privada do lar, reafirmando assim o papel do homem como o único capaz de ser provedor.

A imagem feminina veiculada por alguns jornais anarquistas na imprensa operária, como anotou Margareth Rago no seu livro *Do Cabaré ao Lar*, é a de que elas são românticas, sensíveis, frágeis, ingênuas, ao contrário do homem, dotado de razão, símbolo da força e da coragem, princípio objetivo da humanidade, ativo e poderoso. Daí o fato dos operários, inclusive os anarquistas, se atribuírem o direito sobre as mulheres, vistas como não combatentes devido à sua “natureza feminina”.

¹⁰ Referência obrigatória para se conhecer a vida e o pensamento de Maria Lacerda de Moura é o livro: *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

¹¹ Moura, Maria Lacerda de. *Amal ... e não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1932. p. 48.

Dessa forma, uma parte dos anarquistas acabam definindo o lugar da mulher na sociedade: a esfera sagrada e privada do lar. Estabelecendo-se, assim, na relação política, exatamente o mesmo que acontece no espaço doméstico: a subordinação da mulher ao homem, ou seja, o pai, o marido, o líder deve ser obedecido e respeitado pelas mulheres - já que essas são incapazes de assumir a direção de suas próprias vidas individuais.

Para concluir esse tópico, o que fica evidente nos jornais anarquistas, no que diz respeito à emancipação feminina, é que enquanto alguns anarquistas criticam o modelo burguês e masculino de dominação sobre as mulheres, outros libertários fazem o contrário, reafirmando a diferenciação dos papéis, apelando para a “natureza da mulher” para justificar sua posição subalterna, tentando legitimar a assimetria sexual, contribuindo para que se perpetue a dominação social de que a mulher tem sido vítima desde idos tempos.

4 - O AMOR LIVRE

Outra preocupação presente na imprensa libertária, nas conferências e nos livros publicados por autores anarquistas, é a questão do amor livre. Elaborar-se aí uma nova moral afetivo-sexual para os militantes que tentará determinar a forma de relação entre os sexos.

O que os anarquistas valorizam na união do homem com a mulher é o sentimento de amor livre de qualquer interesse, é a união afetiva em oposição à união social efetiva no casamento civil:

“(…) Amor livre é a plena liberdade de se amar e não a forma hipócrita do casamento em que o homem e a mulher ligados indissolúvelmente pelo casamento civil ou religioso são obrigados pelo preconceito a se suportarem com enjôo.(…)”¹²

Ao afirmar o amor livre, o que os anarquistas pretendem é criticar o casamento tradicional, pois este determina uma situação não só de dominação pelo homem mas de total anulação do amor que esse tipo de relação acaba por determinar. É o que se pode ver no excerto abaixo, em que se critica a hipocrisia a que o sentimento está sujeito nas relações matrimoniais burguesas:

“(…) O matrimônio serve apenas para abreviar a relação do amor, tornar odiosa a união. No lar, a mulher é a escrava, o homem é o senhor; este tem o direito de

¹² A Voz do Trabalhador. 01/ fev./1902.

mandar, aquela o direito de ... obedecer. Como pode existir amor entre uma escrava e um senhor? (...) Por isso se diz: o casamento é a morte do amor.(...)”.¹³

E é pensando assim que os anarquistas defendem o divórcio, pois para eles é somente válida a união conjugal que se estabelece livremente, independente dos interesses econômicos ou de obrigações sociais.

Na sociedade idealizada pelos anarquistas, as pessoas se aproximariam por amizade e respeito, e a família não se fundaria (como na sociedade capitalista) em relações de interesse. A base da família seria o amor e não a relação mercantil. Portanto, se por acaso as relações se alterarem tornando-se insuportáveis, dissolve-se a família e a comunidade ampararia seus filhos.

A anarquista Maria Lacerda vai, porém, mais longe. Ela ultrapassa o simples ataque ao casamento burguês. Ela defende o desaparecimento de uma união monogâmica propondo o que ela chama de “amor plural”, o amor camaradagem, avançando muito em relação à sua época. Para ela, é impossível o amor entre duas pessoas que se oprimem, que vivem uma relação de dependência e de posse. O amor possessivo e exclusivista tem que ceder o lugar ao amor plural - este libertará o homem e a mulher, acabará com a exploração feminina, com as figuras humilhantes criadas pela representação burguesa de mulher como “solteirona” ou prostituta.

É dentro deste espírito que os libertários defendem o “direito ao prazer”, tanto para os homens como para as mulheres. Sendo assim, a virgindade é vista como “ridícula para o homem” e “humilhante para a mulher”.

Assim sendo, podemos constatar que os anarquistas foram os primeiros, no Brasil, a clamar pela liberdade sexual. Entretanto, alguns problemas se apresentam na persecução dos seus ideais. Boris Fausto aponta que as críticas que os anarquistas fazem à violação das normas sexuais de continência por parte dos padres é feita em nome da família. Segundo o mesmo autor “a insistência na temática das relações sexuais proibidas ou perversas não é outra coisa senão a projeção dos impulsos de um grupo marcadamente puritano”.¹⁴

O mesmo caráter puritano se dá quando se discute a exploração do trabalho da mulher, pois o que vemos aí é um apelo ao problema da moral sexual. O discurso libertário, nesse sentido, tem uma atitude paternalista que visa proteger

¹³ O Amigo do Povo, 02/ago./1902.

¹⁴ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e conflito social (18090/1930)*. São Paulo: Difel, 1983. p. 86.

o sexo-frágil física e moralmente dos Don Juans das fábricas. Critica-se o trabalho feminino também por medo da independência que levará as mulheres aos vícios em detrimento do papel doméstico que elas teriam que cumprir:

“(...) As raparigas das fábricas adquirem depressa o sentimento de independência. Prontas para sacudir o jugo impostos pelos pais abandonam as casas e em pouco tempo se iniciam nos vícios de suas companheiras.(...)”¹⁵

“(...) A tendência do sistema fabril foi sobretudo de rebaixar o caráter da mulher, cujo ofício é de cumprir os deveres domésticos. (...)”¹⁶

Outro exemplo da preocupação puritana com a família pode ser visto no 8º Mandamento da Lei do Operário em que o lar aparece como devendo ser preservado de uma possível desonestidade (interesse sexual?) dos companheiros:

“(...) 8º Quando entrar num lar de um companheiro deve curvar o pensamento com reverência aos pés da honestidade. (...)”¹⁷

Aqui também, no caso das contradições que marcam o discurso anarquista, não se pode generalizar, já que a veiculação do discurso libertário está restrito a um pequeno grupo que compõe a sua imprensa, não sendo assim esta a posição de toda militância. Cumpre ressaltar também o difícil trabalho que é reconstituir a história desses militantes, já que o que ficou como documento da classe operária são os registros escritos pelos dirigentes ou por sua “elite” intelectual.

5 - CONCLUSÃO

Constatamos, então, que o discurso moral anarquista é marcado pela contradição. Ao mesmo tempo em que tenta negar a ordem vigente, tal discurso acaba por estabelecer um padrão moral puritano que reafirma os valores da ordem condenada.

Uma parte da historiografia já tentou encontrar as razões que marcam essa contradição. Ângela de Castro Gomes, no seu livro *A Invenção do Trabalhismo*, no capítulo referente aos anarquistas, tenta responder a esse problema da mesma forma que Margareth Rago no seu livro *Do Cabaré ao Lar*. As duas historiadoras referidas acreditam que a imagem moralista veiculada na imprensa libertária é

¹⁵ A Peble. 01/set./1934.

¹⁶ O Gráfico. 16/fev./1919.

¹⁷ *Idem*. 01/jul./1917.

criada com o intuito de os anarquistas construírem uma imagem positiva de si mesmos - imagem esta que se oporia à imagem veiculada pela classe dominante.

Essa análise parece insuficiente. Primeiro, não se pode concordar com a historiadora Ângela de Castro, segundo a qual, o interesse dos anarquistas em fundar jornais está relacionado com a preocupação em se veicular uma imagem positiva de si próprios. Isso parece um equívoco quando sabemos que os jornais libertários tinham como principal preocupação a veiculação da doutrina anarquista, a denúncia (sempre acirrada, diga-se de passagem) da exploração capitalista dos trabalhadores, o ataque aos “aparelhos ideológicos do Estado” como a família, a escola burguesa, a igreja e a imprensa, tanto quanto tentavam organizar a classe operária divulgando o resultados de greves ou incentivando as mesmas, etc.

O que se pode notar é que a preocupação moral dos anarquistas era fortemente marcada pela vigilância do operariado; e o que se queria com isso não era propriamente criar uma “contra-imagem”, como queria também a historiadora Margareth Rago, mas fazer com que as energias e o tempo dos trabalhadores fossem usados, não no lazer e em “vícios degradantes”, mas na persecução de seu ideal de transformação social.

Não se quer com isso negar que os operários sempre tenham sido vistos como extremamente perigosos, que seus hábitos eram considerados vícios e suas recreações consideradas improdutiva. Esse é, de veras, um fato concreto quando temos em mente as perseguições de que foram vítimas os líderes operários no momento de suas ações sindicais, ou a expatriação de que também foram vítimas não só líderes como muitos operários pelo fato de serem ligados à ideologia libertária.

Mas esses fatos por si só não explicam o comportamento puritano dos libertários, de quem se poderia esperar um comportamento menos regrado, já que não eram defensores da ordem burguesa que tanto fizeram por destruir.